



**DEMOCRACIA, DESINFORMAÇÃO E PODER NAS REDES: DESAFIOS PARA
AS CIÊNCIAS SOCIAIS**

**DEMOCRACY, DISFORMATION, AND POWER ON SOCIAL MEDIA:
CHALLENGES FOR THE SOCIAL SCIENCES**

**DEMOCRACIA, DESINFORMACIÓN Y PODER EN LAS REDES SOCIALES:
RETOS PARA LAS CIENCIAS SOCIALES**



10.56238/bocav25n78-001

Fernanda de Oliveira Alves

E-mail: fernandaa.oliveiraa.119@gmail.com

Hellen Paulino de Almeida

E-mail: Hellen.paulino.706@ufrn.edu.br

Samara Luana Barbosa Cavalcanti

E-mail: Samara.cavalcanti.702@ufrn.edu.br

Daliana Medeiros da Silva

E-mail: daliana.medeiros.707@ufrn.edu.br

Larissa Ingrid de Amorim Ferino

E-mail: ilarissa105@gmail.com

Maria Heloísa Lima da Cruz

E-mail: heloisamr45@gmail.com

Kimbelly Felix da Silva

E-mail: kimbellyfelix580@gmail.com

Maria Amália Lima Silva

E-mail: amaliamj@gmail.com

Claudvan Alves da Silva

E-mail: Claudvan.silva.702@ufrn.edu.br

RESUMO

O presente artigo discute a complexa relação entre democracia, desinformação e poder nas redes digitais, analisando os impactos da manipulação informacional na formação da opinião pública e na estabilidade das instituições democráticas. A pesquisa tem como objetivo refletir sobre o papel crítico das Ciências Sociais diante dos desafios impostos pela era da informação, em que a lógica algorítmica e os fluxos de dados moldam percepções e comportamentos coletivos. Por meio de uma revisão bibliográfica interdisciplinar, com base em autores como Castells, Bourdieu, Habermas, Freire e

Zuboff, o estudo aborda como as plataformas digitais se consolidaram como arenas de disputa simbólica e instrumentos de poder. Os resultados indicam que a desinformação atua como um mecanismo de dominação social e política, intensificando a polarização, a desconfiança institucional e o enfraquecimento do debate público. Conclui-se que o enfrentamento desse fenômeno requer uma abordagem crítica e integradora, capaz de unir políticas públicas, regulação ética das plataformas e fortalecimento da educação midiática e cidadania digital. Assim, as Ciências Sociais reafirmam sua relevância como campo de resistência intelectual e ética, comprometido com a defesa da verdade, da justiça e da liberdade como fundamentos indispensáveis à democracia na era da informação.

Palavras-chave: Democracia. Desinformação. Poder. Redes Sociais. Ciências Sociais.

ABSTRACT

This article discusses the complex relationship between democracy, disinformation, and power in digital networks, analyzing the impacts of informational manipulation on public opinion formation and the stability of democratic institutions. The study aims to reflect on the critical role of the Social Sciences in addressing the challenges posed by the information age, in which algorithmic logic and data flows shape collective perceptions and behaviors. Through an interdisciplinary bibliographic review, based on authors such as Castells, Bourdieu, Habermas, Freire, and Zuboff, the paper explores how digital platforms have become arenas of symbolic dispute and instruments of power. The results show that disinformation functions as a mechanism of social and political domination, reinforcing polarization, institutional distrust, and the weakening of public debate. It is concluded that facing this phenomenon requires a critical and integrated approach that combines public policies, ethical regulation of platforms, and the strengthening of media literacy and digital citizenship. Therefore, the Social Sciences reaffirm their relevance as an intellectual and ethical field of resistance, committed to defending truth, justice, and freedom as essential foundations for democracy in the information era.

Keywords: Democracy. Disinformation. Power. Social Media. Social Sciences.

RESUMEN

Este artículo analiza la compleja relación entre democracia, desinformación y poder en las redes digitales, examinando el impacto de la manipulación informativa en la formación de la opinión pública y la estabilidad de las instituciones democráticas. La investigación busca reflexionar sobre el papel fundamental de las Ciencias Sociales ante los desafíos de la era de la información, donde la lógica algorítmica y los flujos de datos configuran las percepciones y los comportamientos colectivos. Mediante una revisión bibliográfica interdisciplinaria, basada en autores como Castells, Bourdieu, Habermas, Freire y Zuboff, el estudio aborda cómo las plataformas digitales se han consolidado como espacios de disputa simbólica e instrumentos de poder. Los resultados indican que la desinformación actúa como un mecanismo de dominación social y política, intensificando la polarización, la desconfianza institucional y el debilitamiento del debate público. Se concluye que afrontar este fenómeno requiere un enfoque crítico e integrador, capaz de aunar políticas públicas, regulación ética de las plataformas y el fortalecimiento de la alfabetización mediática y la ciudadanía digital. Así, las Ciencias Sociales reafirman su relevancia como campo de resistencia intelectual y ética, comprometidas con la defensa de la verdad, la justicia y la libertad como fundamentos indispensables de la democracia en la era de la información.

Palabras clave: Democracia. Desinformación. Poder. Redes Sociales. Ciencias Sociales.

1 INTRODUÇÃO

O advento das tecnologias digitais transformou profundamente as formas de produção, circulação e consumo da informação, alterando a base sobre a qual se estruturam as relações sociais e políticas. A internet, inicialmente celebrada como espaço de liberdade e democratização do conhecimento, passou a abrigar dinâmicas complexas de vigilância, controle e manipulação discursiva. Nesse novo cenário, a desinformação emerge como um fenômeno central, capaz de influenciar decisões políticas, moldar percepções coletivas e desestabilizar instituições democráticas.

As Ciências Sociais, comprometidas historicamente com a análise crítica das estruturas de poder, encontram-se diante do desafio de compreender um ambiente em que a produção de sentido é mediada por algoritmos e interesses econômicos globais. O campo sociológico, em especial, precisa repensar categorias clássicas como “esfera pública”, “capital simbólico” e “ação comunicativa” à luz da nova ecologia informacional (Habermas, 2012; Bourdieu, 1998; Castells, 2015).

A crise contemporânea da democracia não se manifesta apenas na fragilidade das instituições formais, mas também na desestruturação dos laços sociais e na erosão da confiança pública. A manipulação informacional atua como um vetor de poder, interferindo na formação da opinião pública e na capacidade crítica dos cidadãos. Como observa Byung-Chul Han (2018), a “sociedade da transparência” e do excesso de informação paradoxalmente conduz à opacidade e à desorientação cognitiva.

Diante desse panorama, o presente artigo tem como objetivo analisar os desafios impostos pela desinformação e pelo poder simbólico nas redes digitais à democracia contemporânea, destacando o papel crítico das Ciências Sociais na interpretação e no enfrentamento desses processos. A reflexão propõe compreender a desinformação não como um desvio pontual, mas como sintoma estrutural de uma lógica comunicacional voltada à mercantilização da atenção e à produção de consenso social.

A estrutura do artigo se organiza em quatro seções principais. Na primeira, discute-se o conceito de democracia e suas transformações na era digital. Na segunda, analisa-se o fenômeno da desinformação e sua relação com o poder simbólico e algorítmico. Na terceira, propõe-se uma reflexão sobre o papel das Ciências Sociais diante da manipulação informacional. Por fim, apresentam-se as considerações finais, enfatizando os caminhos éticos e epistemológicos possíveis para uma atuação crítica nesse campo.

2 DEMOCRACIA E REDES DIGITAIS : RECONFIGURAÇÕES DA ESFERA PÚBLICA

A democracia moderna, fundada sobre os princípios de liberdade, igualdade e participação cidadã, sempre esteve intrinsecamente ligada aos meios de comunicação disponíveis em cada época. A imprensa, o rádio e a televisão foram, em seus respectivos contextos, instrumentos de formação da opinião pública e de mediação entre Estado e sociedade. No entanto, o advento das redes digitais

inaugurou um novo paradigma comunicacional que altera de forma radical as condições de produção e circulação da informação, transformando as bases da esfera pública e o modo como o poder político é exercido e percebido.

Habermas (2012), ao definir a esfera pública como um espaço de deliberação racional onde os cidadãos discutem temas de interesse comum, pressupõe um ambiente minimamente regulado pela razão comunicativa e pela busca do entendimento. No entanto, nas redes digitais, essa racionalidade é frequentemente substituída por dinâmicas emocionais, virais e polarizadas, em que a lógica da visibilidade prevalece sobre a da argumentação. Como destaca Castells (2015), as redes constituem uma nova morfologia social, caracterizada pela descentralização das fontes de informação e pela interconexão global dos fluxos comunicacionais — fenômeno que, embora amplie as vozes disponíveis no espaço público, também intensifica a fragmentação e a dispersão discursiva.

Nesse contexto, o poder político passa a ser exercido de forma difusa e, muitas vezes, invisível. Não se trata mais apenas do controle direto sobre os meios de comunicação, mas da capacidade de modular o fluxo informacional por meio de algoritmos, métricas de engajamento e sistemas automatizados de recomendação. Como observa Foucault (1979), o poder moderno não se manifesta apenas na repressão, mas na produção de subjetividades e saberes. Aplicado ao ambiente digital, esse conceito se traduz na maneira como as plataformas moldam o comportamento dos usuários, determinando o que é visto, compartilhado e acreditado.

A promessa inicial da internet como instrumento de democratização encontra, portanto, um limite estrutural na própria lógica econômica que sustenta as grandes corporações tecnológicas. Ao transformar a atenção humana em mercadoria, essas empresas redefinem os contornos da esfera pública e introduzem uma assimetria profunda entre produtores e consumidores de informação. De acordo com Zuboff (2019), o “capitalismo de vigilância” utiliza os dados pessoais como matéria-prima para prever e influenciar comportamentos futuros, colocando em xeque a autonomia individual — princípio basilar da cidadania democrática.

Ao mesmo tempo, observa-se a emergência de uma “esfera pública em rede”, conceito desenvolvido por Castells (2015) para descrever a coexistência de múltiplos espaços discursivos interconectados, nos quais cidadãos, governos, empresas e movimentos sociais disputam visibilidade e legitimidade. Essa nova esfera pública não é homogênea, mas fluida e conflitiva, marcada por disputas simbólicas e pela sobreposição de narrativas. Em vez de um consenso racional, o que se evidencia é a fragmentação do debate, a proliferação de bolhas informacionais e a substituição da autoridade epistêmica tradicional por influenciadores digitais e fontes de credibilidade voláteis.

Hannah Arendt (1967) já alertava que a política moderna depende da preservação de um espaço comum de aparecimento, no qual os cidadãos possam agir e se reconhecer mutuamente como iguais. A perda desse espaço, substituído por ambientes mediados por algoritmos e interesses corporativos,

compromete a própria ideia de pluralidade — elemento essencial da democracia. Assim, o debate público nas redes tende a se tornar uma disputa de percepções, na qual a verdade é relativizada e o discurso político se reduz a performance.

A dinâmica da comunicação em rede, baseada em velocidade, instantaneidade e estímulos afetivos, favorece a disseminação de conteúdos simplificados e sensacionalistas em detrimento de análises críticas e reflexivas. Conforme observa Han (2015), a hipercomunicação digital não necessariamente amplia o diálogo; ao contrário, pode gerar isolamento e conformismo, na medida em que cada indivíduo se comunica apenas com aqueles que reforçam suas próprias crenças. Trata-se do que o autor denomina “infocracia”, um regime em que o poder se exerce pela saturação informacional e pela erosão da capacidade de discernimento.

A reconfiguração da esfera pública, portanto, desafia as Ciências Sociais a repensar suas categorias analíticas. A noção clássica de cidadania, por exemplo, precisa ser revista à luz das novas práticas de engajamento político mediadas por plataformas digitais. Movimentos sociais, campanhas eleitorais e formas de ativismo passaram a depender intensamente das dinâmicas algorítmicas, o que cria tensões entre participação e manipulação. Bruno Latour (2005) propõe compreender a sociedade como uma rede de “actantes” humanos e não humanos, em que as tecnologias desempenham papel ativo na constituição do social. Essa perspectiva permite entender as redes digitais não apenas como meios, mas como agentes políticos que transformam a própria estrutura da ação coletiva.

Em síntese, a democracia contemporânea vive uma tensão entre ampliação e erosão: ao mesmo tempo em que as redes possibilitam novas formas de mobilização e expressão cidadã, elas também facilitam a disseminação de desinformação e o fortalecimento de poderes opacos. O desafio das Ciências Sociais consiste em analisar criticamente essas contradições, compreendendo como a arquitetura técnica e econômica das plataformas impacta a deliberação pública, a confiança social e a legitimidade democrática.

3 DESINFORMAÇÃO , PODER SIMBÓLICO E ALGORITMOS : NOVAS FORMAS DE DOMINAÇÃO

A desinformação, embora amplificada pelas tecnologias digitais, não é um fenômeno novo. A manipulação do conhecimento e a distorção de narrativas sempre foram mecanismos de exercício de poder nas sociedades humanas. No entanto, o contexto atual é singular pela escala, pela velocidade e pela opacidade com que esses processos se realizam. As redes digitais introduzem uma infraestrutura técnica de poder simbólico, mediada por algoritmos que determinam o que é visto, valorizado e esquecido. O resultado é uma nova forma de dominação que combina lógica econômica, controle informacional e engenharia social.

Bourdieu (2021) define o poder simbólico como a capacidade de impor significados e legitimar determinadas visões de mundo como naturais. Diferente da coerção física ou material, o poder simbólico opera de maneira invisível, moldando percepções e estruturas cognitivas. Nas redes digitais, esse poder é potencializado: os algoritmos funcionam como mediadores invisíveis que hierarquizam conteúdos e reproduzem desigualdades simbólicas, definindo o que ganha relevância no espaço público. Assim, a luta simbólica pela definição da realidade social antes travada nos campos político e midiático é agora intermediada por sistemas automatizados cuja lógica escapa ao controle democrático.

A desinformação, nesse contexto, atua como instrumento de reprodução simbólica do poder, pois sustenta e legitima narrativas convenientes aos grupos dominantes. Como observa Foucault (1979), o poder não apenas reprime, mas também produz verdades. A multiplicação de versões contraditórias da realidade — característica do ambiente digital — não leva à pluralidade informacional, mas ao enfraquecimento da capacidade coletiva de distinguir o verdadeiro do falso. Esse fenômeno, conhecido como “crise da verdade”, tem implicações diretas para o funcionamento da democracia, cuja legitimidade depende da confiança na informação pública e nas instituições que a produzem.

De acordo com Byung-Chul Han (2022), vivemos sob uma forma de “infocracia”, em que o poder se exerce pela superabundância de informação e pela manipulação das emoções coletivas. A velocidade e o excesso de estímulos fragmentam a atenção, inviabilizando a reflexão crítica. O sujeito contemporâneo, constantemente exposto a fluxos informacionais ininterruptos, torna-se vulnerável à influência algorítmica e à captura da atenção — elemento central da economia digital. Nesse cenário, a desinformação não precisa necessariamente convencer; basta gerar dúvida, desconfiança e fadiga cognitiva.

A lógica algorítmica das plataformas digitais reforça essas dinâmicas. Cada interação do usuário — um clique, um “curtir”, um compartilhamento — alimenta sistemas de inteligência artificial que ajustam continuamente os conteúdos exibidos, de modo a maximizar o engajamento. Esse mecanismo cria bolhas informacionais e câmaras de eco, nas quais o indivíduo é exposto majoritariamente a informações que confirmam suas crenças prévias. Como apontam Pariser (2011) e Sunstein (2018), esse isolamento cognitivo corrói a base deliberativa da democracia, dificultando o diálogo e favorecendo a radicalização.

Zuboff (2019) denomina esse modelo de “capitalismo de vigilância”, no qual os dados comportamentais são extraídos, analisados e transformados em previsões comerciais e políticas. A informação, nesse sentido, converte-se em mercadoria e instrumento de controle. As plataformas digitais não apenas mediam o debate público, mas também o moldam de acordo com seus interesses econômicos, criando uma assimetria de poder sem precedentes entre corporações tecnológicas e

cidadãos. O resultado é a constituição de um regime de visibilidade desigual, em que determinados discursos são amplificados enquanto outros são silenciados pelos algoritmos de relevância.

Do ponto de vista sociológico, a desinformação não pode ser compreendida apenas como o oposto da verdade, mas como um modo de produção social de sentido, vinculado a estruturas de poder e interesses específicos. Bourdieu (2001) adverte que o poder simbólico só é eficaz quando reconhecido, ou seja, quando os agentes sociais internalizam suas categorias de percepção. Assim, a eficácia da desinformação depende da crença dos indivíduos na veracidade das informações que consomem — crença esta construída socialmente e reforçada por laços identitários e afetivos.

O papel dos algoritmos é decisivo nesse processo, pois eles operam como dispositivos de legitimação automática, conferindo aparência de neutralidade técnica a decisões profundamente políticas. Latour (2005) contribui para essa análise ao propor que as tecnologias são “actantes” que participam ativamente da constituição do social. Os algoritmos, portanto, não são instrumentos neutros, mas agentes que configuram relações de poder e moldam a ação coletiva. Com isso, o poder simbólico contemporâneo se torna híbrido: simultaneamente humano e tecnológico, discursivo e material.

Outro aspecto relevante é o deslocamento da autoridade epistêmica. Tradicionalmente, o conhecimento validado era produzido por instituições reconhecidas universidades, imprensa, ciência e legitimado por mecanismos de verificação e consenso. No ambiente digital, essa autoridade é substituída por métricas de popularidade e viralização. A verdade algorítmica baseia-se não na coerência argumentativa, mas na capacidade de enganar. Esse fenômeno cria uma “economia da atenção” (Citton, 2018), na qual o valor simbólico da informação depende de sua capacidade de capturar olhares, e não de sua correspondência com os fatos.

Diante disso, a desinformação pode ser compreendida como uma tecnologia de poder — no sentido foucaultiano — que atua não apenas sobre os corpos, mas sobre as percepções e afetos. Ao modular o que é crível, desejável e compartilhável, ela intervém na formação das subjetividades e na constituição da vontade coletiva. As Ciências Sociais, portanto, enfrentam o desafio de desvendar esses mecanismos invisíveis e de desenvolver novas metodologias capazes de analisar as interações entre estrutura social, tecnologia e subjetividade.

Em síntese, a desinformação e os algoritmos representam o entrelaçamento de duas dimensões de dominação: a simbólica, que atua sobre o significado e a legitimação; e a tecnológica, que opera sobre o fluxo e a visibilidade. Juntas, elas configuram uma forma de poder difusa, descentralizada e autorreferencial, cuja eficácia reside precisamente em sua invisibilidade. Compreender essa lógica é condição indispensável para pensar alternativas democráticas e éticas à manipulação informacional.

4 O PAPEL CRÍTICO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS DIANTE DA MANIPULAÇÃO INFORMACIONAL

As Ciências Sociais, desde sua constituição como campo científico no século XIX, assumiram a tarefa de compreender as formas de organização, dominação e transformação das sociedades humanas. No entanto, o cenário contemporâneo — marcado pela aceleração tecnológica, pela sobrecarga informacional e pela desestruturação dos vínculos coletivos — impõe novos desafios epistemológicos. A desinformação e o poder algorítmico não são apenas fenômenos comunicacionais, mas dimensões estruturais da vida social. Assim, cabe às Ciências Sociais desenvolver instrumentos teóricos e metodológicos capazes de desvendar as lógicas ocultas de poder que permeiam o ambiente digital e ameaçam a própria racionalidade democrática.

Bourdieu (2001) defende que o papel da sociologia é “fazer ver e compreender” o que está invisível nas estruturas simbólicas que sustentam o poder. Essa função crítica é particularmente urgente na era das plataformas, em que as formas de dominação se tornam cada vez mais sutis e imateriais. A manipulação informacional, travestida de neutralidade tecnológica, representa uma nova modalidade de violência simbólica — aquela que impõe significados sem necessidade de coerção física, pois atua sobre as percepções e disposições cognitivas dos sujeitos. O desafio das Ciências Sociais é tornar visível o invisível, revelando como as hierarquias de poder são reproduzidas sob a aparência de liberdade e participação.

Habermas (2012), ao propor a Teoria do Agir Comunicativo, estabelece que a racionalidade democrática depende da comunicação orientada para o entendimento mútuo, e não para o controle estratégico. No entanto, o ambiente digital tende a distorcer essa racionalidade ao priorizar a visibilidade e o engajamento em detrimento do diálogo argumentativo. A lógica algorítmica reduz a comunicação a um cálculo de atenção, minando o potencial emancipatório da linguagem. Nesse contexto, as Ciências Sociais devem reatualizar o projeto habermasiano, defendendo uma esfera pública mediada por princípios de transparência, pluralidade e responsabilidade ética na circulação de informações.

A crítica sociológica deve também reconhecer que a manipulação informacional não se limita ao domínio político, mas afeta dimensões mais amplas da vida social — desde o consumo até as relações afetivas. Han (2015) argumenta que a “sociedade do cansaço” e a “sociedade da transparência” produzem indivíduos esgotados e incapazes de resistência crítica. O excesso de positividade e exposição constante cria um ambiente em que o sujeito internaliza as formas de controle, transformando-se em cúmplice involuntário do sistema que o domina. As Ciências Sociais, portanto, precisam reintroduzir a negatividade e o conflito como categorias analíticas essenciais à compreensão da vida social contemporânea.

A análise da desinformação como fenômeno estrutural exige uma abordagem interdisciplinar, que articule sociologia, ciência política, antropologia e comunicação. Bruno Latour (2005) propõe superar a dicotomia entre natureza e sociedade, reconhecendo que os artefatos técnicos — como algoritmos e plataformas — são atores políticos que participam da constituição do social. Essa perspectiva oferece um caminho promissor para repensar a democracia em rede, deslocando o foco da oposição entre humano e máquina para a análise das associações híbridas que definem o mundo digital. As Ciências Sociais, nesse sentido, devem expandir seus objetos de estudo e incluir as tecnologias como componentes ativos das relações de poder.

Outro eixo fundamental da atuação crítica das Ciências Sociais está na formação cidadã e na produção de consciência pública. Como destaca Bauman (2021), a modernidade líquida dissolveu os referenciais estáveis que orientavam as identidades e a ação coletiva. A fragmentação informacional reforça esse processo, enfraquecendo a solidariedade e favorecendo o individualismo. A tarefa dos cientistas sociais é contribuir para a reconstrução de um espaço público que resgate o sentido de coletividade e responsabilidade compartilhada, enfrentando a indiferença e o cinismo gerados pela saturação de discursos.

Além disso, as Ciências Sociais devem adotar uma postura reflexiva quanto à sua própria inserção no ecossistema informacional. A produção acadêmica também está sujeita à lógica de visibilidade e performatividade que rege as redes. É necessário reafirmar a autonomia do campo científico frente às pressões mercadológicas e midiáticas, cultivando uma ética da pesquisa comprometida com a verdade, a crítica e o bem comum. Como lembra Bourdieu (2001), a ciência é um “campo de lutas” em que a objetividade depende da reflexividade constante sobre as condições sociais de produção do conhecimento.

Por fim, o enfrentamento da manipulação informacional requer não apenas análise, mas intervenção pública. As Ciências Sociais devem assumir um papel propositivo na formulação de políticas e práticas que fortaleçam a alfabetização midiática, a regulação democrática das plataformas digitais e a proteção de dados pessoais. Essa atuação implica um compromisso ético com a defesa da autonomia dos cidadãos e com a construção de uma cultura informacional baseada na responsabilidade e no diálogo. Em vez de abdicar do espaço digital, as Ciências Sociais podem contribuir para reorientá-lo, transformando-o em arena de crítica e emancipação.

Em síntese, o papel crítico das Ciências Sociais diante da manipulação informacional consiste em três dimensões interligadas:

- (1) analítica, ao revelar os mecanismos de poder simbólico e tecnológico que estruturam o ambiente digital;
- (2) reflexiva, ao reconhecer suas próprias limitações e condições de produção de saber; e
- (3) propositiva, ao contribuir para a reconstrução de uma esfera pública democrática e plural.

Somente mediante esse tríplice função crítica, ética e transformadora será possível enfrentar a crise de sentido e de confiança que atravessa as democracias contemporâneas.

5 A DESINFORMAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE PODER NAS REDES SOCIAIS

A desinformação, fenômeno amplificado pelo advento das plataformas digitais, tornou-se um dos principais mecanismos de manipulação da opinião pública e de reconfiguração do poder político e social. Embora a disseminação de notícias falsas não seja um fenômeno novo, o alcance e a velocidade com que se propagam nas redes sociais produzem impactos inéditos nas democracias contemporâneas. Segundo Wardle e Derakhshan (2017), a desinformação se distingue da má informação e da informação incorreta por sua intencionalidade: trata-se de conteúdo deliberadamente falso, produzido para enganar e manipular.

O poder da desinformação reside em sua capacidade de moldar percepções, emoções e comportamentos coletivos. Ao explorar algoritmos de recomendação e bolhas informacionais, os agentes da desinformação – sejam eles indivíduos, grupos políticos ou corporações – conseguem direcionar narrativas específicas a públicos segmentados, reforçando crenças e preconceitos preexistentes (Pariser, 2011). Nesse contexto, as redes sociais não apenas reproduzem o espaço público tradicional, mas o transformam em um campo de batalha simbólico, onde o poder se exerce por meio da disputa pelo sentido e pela verdade.

Castells (2002) denomina essa dinâmica como “poder na comunicação em rede”, um poder que se manifesta na capacidade de moldar a mente humana através de fluxos de informação. Assim, a manipulação informacional torna-se uma forma de dominação simbólica, em que os emissores de mensagens controlam os referenciais de interpretação da realidade social. Em uma era marcada pela sobrecarga de dados e pela fragilidade dos filtros cognitivos, a desinformação encontra terreno fértil para florescer.

Além disso, a lógica algorítmica das plataformas digitais potencializa esse fenômeno. Segundo Zuboff (2019), no “capitalismo de vigilância” os dados comportamentais dos usuários são transformados em mercadorias, permitindo não apenas o direcionamento de anúncios, mas também a modelagem de condutas políticas e sociais. A desinformação, nesse sentido, torna-se um produto funcional a esse sistema econômico, alimentando a polarização e o engajamento emocional, que são lucrativos para as plataformas.

A desinformação não se limita à esfera política; ela também impacta questões sociais e científicas, como se observou durante a pandemia de COVID-19. A propagação de teorias conspiratórias, negacionismo científico e discursos de ódio minaram a confiança nas instituições e comprometeram políticas públicas de saúde (Ribeiro & Ortellado, 2020). Esse cenário evidencia a

centralidade das Ciências Sociais na análise crítica das condições que permitem o avanço da manipulação informacional e na formulação de estratégias para a reconstrução da confiança pública.

Assim, compreender a desinformação como instrumento de poder requer uma abordagem interdisciplinar que envolva sociologia, ciência política, comunicação e psicologia social. Mais do que denunciar os efeitos destrutivos das fake news, é necessário examinar as estruturas tecnológicas, econômicas e culturais que sustentam esse sistema. Nesse contexto, o papel das Ciências Sociais é essencial para revelar as assimetrias de poder ocultas nas dinâmicas digitais e propor caminhos de resistência democrática.

6 DEMOCRACIA EM CRISE : DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA ERA DIGITAL

A democracia contemporânea enfrenta um de seus maiores desafios desde o surgimento das redes digitais. O que inicialmente parecia ser um ambiente de ampliação da liberdade de expressão e da participação cidadã tem se transformado, progressivamente, em um espaço de disputa simbólica, desinformação e fragmentação social. As redes sociais, ao democratizarem o acesso à fala pública, também permitiram a proliferação de discursos extremistas, manipulações informacionais e ataques à credibilidade das instituições democráticas.

Segundo Dahl (1991), a essência da democracia repousa na existência de um debate público informado, livre e plural. No entanto, as novas dinâmicas digitais minam esses princípios, substituindo o diálogo racional pela lógica da viralização e da emoção. A estrutura algorítmica das plataformas privilegia conteúdos que geram engajamento — muitas vezes, os mais polarizadores ou sensacionalistas — em detrimento da veracidade e da profundidade argumentativa. Como consequência, o espaço público digital tende a se tornar um “mercado de indignações”, em que a visibilidade é conquistada não pelo mérito do argumento, mas pela capacidade de provocar reações.

Esse fenômeno leva à fragmentação da esfera pública. Habermas (2012) propôs o conceito de “esfera pública” como um espaço de deliberação racional e inclusiva, mediada por normas de argumentação e respeito mútuo. As redes sociais, entretanto, criam múltiplas microesferas — bolhas informacionais — nas quais os indivíduos consomem apenas conteúdos alinhados a suas crenças prévias (Pariser, 2011). O resultado é a erosão da capacidade coletiva de construir consensos, condição essencial para o funcionamento da democracia deliberativa.

Além disso, a desinformação e a manipulação informacional têm sido instrumentalizadas por atores políticos e econômicos para influenciar processos eleitorais e moldar agendas públicas. O escândalo da Cambridge Analytica, em 2018, evidenciou como dados pessoais coletados em redes sociais foram utilizados para segmentar eleitores e manipular preferências políticas (Cadwalladr & Graham-Harrison, 2018). Casos semelhantes têm se repetido em diversas partes do mundo, inclusive no Brasil, demonstrando que o poder informacional se tornou uma nova fronteira de disputa política.

Outro elemento crítico é a crescente desconfiança nas instituições e nos meios de comunicação tradicionais. A circulação massiva de fake news, teorias conspiratórias e discursos anticientíficos contribui para o enfraquecimento da credibilidade do Estado e das organizações sociais. Esse cenário alimenta o populismo digital, fenômeno em que líderes políticos se valem das redes para estabelecer uma comunicação direta e emocional com suas bases, muitas vezes à margem dos mecanismos democráticos de controle e verificação (Moffitt, 2016).

Contudo, é importante reconhecer que o ambiente digital também oferece potencialidades democráticas. Movimentos sociais e coletivos independentes têm utilizado as redes para mobilizar causas, denunciar injustiças e pressionar por transformações sociais. As mobilizações de 2013 no Brasil, o movimento #MeToo e as campanhas de conscientização ambiental são exemplos de como as plataformas podem ser espaços de resistência e visibilidade. O desafio, portanto, é conciliar o potencial emancipador das redes com a necessidade de combater seus efeitos corrosivos sobre a democracia.

Para isso, é imprescindível o fortalecimento da educação midiática, da regulação ética das plataformas e do compromisso público com a transparência informacional. As Ciências Sociais, ao promoverem a análise crítica das estruturas de poder digital, oferecem ferramentas para pensar políticas públicas que garantam a liberdade de expressão sem comprometer a integridade informacional do debate público.

Em suma, a crise democrática contemporânea é, em grande parte, uma crise da informação. Enfrentá-la requer compreender que a democracia, mais do que um regime político, é uma cultura que se sustenta no diálogo, na confiança e na razão pública. Reconstruir essa cultura na era digital é o grande desafio do século XXI e as Ciências Sociais são essenciais nesse processo.

7 CAMINHOS DE RESISTÊNCIA E RECONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA : O PAPEL DA CIDADANIA CRÍTICA

Diante do cenário de manipulação informacional e enfraquecimento das instituições democráticas, torna-se indispensável pensar caminhos de resistência que permitam reconstruir uma cultura política baseada na verdade, na ética e na racionalidade pública. Esse processo não se restringe ao âmbito institucional, mas depende, sobretudo, da formação de uma cidadania crítica, consciente de seu papel no ecossistema digital e comprometida com os valores democráticos.

A cidadania crítica, conforme propõe Paulo Freire (1987), é aquela que não se limita à passividade da recepção, mas participa ativamente da construção do conhecimento e da transformação social. No contexto digital, isso implica desenvolver a capacidade de discernir fontes, questionar informações e compreender os mecanismos de poder que operam nas redes. A educação midiática, portanto, emerge como um instrumento essencial de empoderamento social, capaz de transformar o cidadão em sujeito ativo do processo comunicacional e político.

Nesse sentido, políticas públicas de alfabetização digital devem ser concebidas de forma interdisciplinar, envolvendo educadores, cientistas sociais, comunicólogos e gestores públicos. A formação crítica para o uso das mídias deve ir além do aspecto técnico — aprender a usar plataformas — e abranger dimensões éticas, políticas e epistemológicas. É necessário que o cidadão compreenda como os algoritmos moldam suas percepções e como o consumo informacional influencia suas atitudes e crenças.

Outro caminho de resistência é a construção de espaços públicos alternativos de comunicação, baseados na transparência, na colaboração e no diálogo. As experiências de mídias comunitárias, coletivos independentes e plataformas de jornalismo público demonstram que é possível produzir informação de qualidade fora da lógica comercial e sensacionalista que domina as grandes corporações. Esses espaços representam não apenas alternativas de informação, mas também formas de democratizar a produção de sentido e de fortalecer a esfera pública.

A regulação ética das plataformas digitais é outro desafio central. Embora a liberdade de expressão deva ser preservada, ela não pode servir de escudo para a desinformação deliberada e o discurso de ódio. As Ciências Sociais podem contribuir para a elaboração de políticas regulatórias equilibradas, que considerem as especificidades culturais e democráticas de cada país, evitando tanto a censura quanto a permissividade. Nesse contexto, o Estado, a sociedade civil e as universidades precisam atuar de forma articulada, garantindo que os mecanismos de controle sejam transparentes e participativos.

A resistência democrática também passa pela valorização do conhecimento científico e da credibilidade institucional. Em um mundo onde a emoção frequentemente sobrepõe-se à razão, é necessário reaproximar ciência e sociedade, promovendo o diálogo entre o saber acadêmico e o cotidiano das pessoas. Essa aproximação é vital para combater o negacionismo e reconstruir a confiança nas instituições que sustentam a vida democrática.

Por fim, é fundamental resgatar o ideal da esfera pública deliberativa — espaço de diálogo racional e de construção coletiva de decisões, conforme proposto por Habermas (2012). A reconstrução da democracia na era digital exige não apenas novas leis e políticas, mas uma mudança cultural profunda, que valorize o pensamento crítico, a empatia e a responsabilidade informacional.

As Ciências Sociais, com seu olhar analítico e interdisciplinar, têm papel decisivo nesse processo. Elas não apenas interpretam a realidade, mas também propõem caminhos para sua transformação. Ao desvelar os mecanismos de manipulação e sugerir práticas emancipadoras, contribuem para o fortalecimento da cidadania crítica e da democracia substantiva — aquela que se realiza na vida cotidiana, nas redes e nas relações sociais.

Assim, resistir à manipulação informacional não é apenas uma questão técnica ou política, mas um imperativo ético. A reconstrução democrática depende da capacidade coletiva de reinventar o

diálogo, reafirmar a verdade e recuperar o sentido público da comunicação. Esse é o desafio e, ao mesmo tempo, a esperança das Ciências Sociais diante do século digital.

8 CIÊNCIAS SOCIAIS E OS DESAFIOS ÉTICOS DA COMUNICAÇÃO DIGITAL

A ética é o eixo estruturante da prática científica e do convívio democrático. No contexto das redes, surge a urgência de repensar os valores que orientam a produção e circulação da informação. A manipulação informacional não é apenas uma questão técnica, mas moral: ela envolve escolhas conscientes sobre o que divulgar, compartilhar e acreditar.

As Ciências Sociais, ao refletirem sobre as implicações éticas da comunicação digital, podem contribuir para o estabelecimento de novos paradigmas normativos. Isso inclui o fortalecimento da responsabilidade informacional, conceito que implica compromisso com a veracidade e com o impacto social das mensagens transmitidas.

Como lembra Bauman (2021), a liquidez das relações contemporâneas produz uma ética frágil, marcada pela efemeridade e pela indiferença. O desafio é reconstruir uma ética sólida em meio à fluidez informacional, promovendo uma cultura de empatia, respeito e responsabilidade.

Nesse cenário, torna-se essencial resgatar a função pública da comunicação e o papel social da verdade. As Ciências Sociais devem contribuir para que o ambiente digital seja não um espaço de manipulação, mas de reconhecimento mútuo, solidariedade e justiça comunicativa.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A desinformação digital representa um dos maiores desafios éticos e políticos do século XXI. No cenário atual, o poder não se expressa apenas por meios econômicos ou institucionais, mas sobretudo pela capacidade de influenciar percepções, moldar crenças e direcionar comportamentos por meio do controle da informação. As redes sociais, embora sejam ferramentas de expressão e interação, tornaram-se também espaços de disputa simbólica e de manipulação em larga escala.

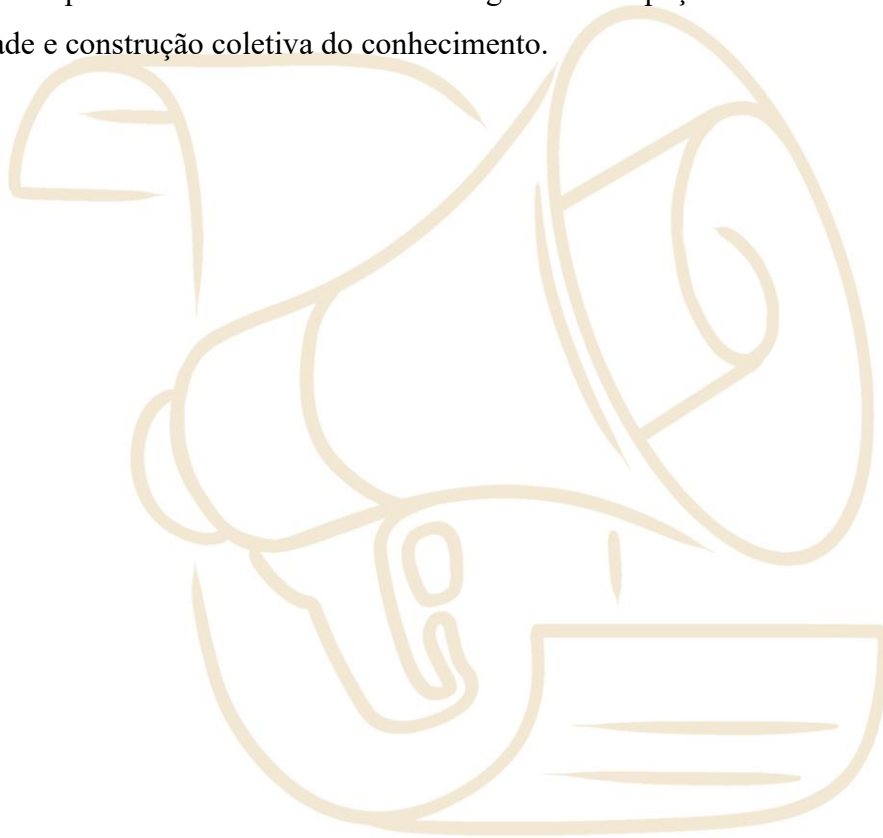
As análises apresentadas ao longo deste artigo revelam que a desinformação não é um fenômeno isolado, mas parte integrante de uma estrutura econômica e comunicacional sustentada por algoritmos, dados e interesses políticos. O lucro gerado pelo engajamento e pela polarização cria incentivos para a produção e disseminação de conteúdos falsos, o que ameaça a integridade das democracias contemporâneas e corrói a confiança pública nas instituições.

Nesse contexto, as Ciências Sociais assumem papel estratégico e transformador. Sua função crítica permite compreender os mecanismos que sustentam a dominação simbólica e propor caminhos de reconstrução social baseados na ética, na educação e na cidadania ativa. O pensamento de autores como Bourdieu, Habermas, Arendt, Freire e Castells demonstra que o poder informacional precisa ser

analisado como um fenômeno relacional e coletivo, em que a autonomia dos sujeitos depende da capacidade de refletir e dialogar.

É necessário reconhecer que a resistência à desinformação não se resume ao combate às fake news, mas envolve a criação de uma cultura de responsabilidade comunicativa. Essa cultura depende de políticas públicas, educação midiática e práticas sociais orientadas por valores de solidariedade, empatia e justiça. O fortalecimento das instituições democráticas deve caminhar junto com o empoderamento dos cidadãos, capazes de interpretar criticamente o fluxo de informações que os cerca.

As Ciências Sociais, portanto, têm o dever ético de ampliar sua presença no debate público, promovendo a interseção entre ciência, tecnologia e humanismo. Somente com base em uma reflexão ética profunda será possível transformar as redes digitais em espaços de convivência democrática, respeito à verdade e construção coletiva do conhecimento.



REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. **Verdade e política**. Nova York: Attribution Non-Commercial (By-Nc), 1967. 203 p. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/204302561/ARENDDT-Hannah-Verdade-e-politica-pdf>. Acesso em: 09 nov. 2025.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida (Nova edição)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. 280 p. Disponível em: https://www.ispsn.org/sites/default/files/documentos-virtuais/pdf/modernidade_liquida.pdf. Acesso em: 09 de nov de 2025.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Edições 70, 2021. 510 p.
- BOURDIEU, Pierre, **Science de la science et réflexivité**. Paris: Raisons d'Agir. 2001
- BOURDIEU, Pierre. **Meditações Pascalianas**. 2. ed. São Paulo: Bertrand, 2001. 320 p. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/671522453/Meditacoes-Pascalianas-Pierre-Bourdieu-Z-lib-org>. Acesso em: 09 nov. 2025.
- CADWALLADR, Carole; GRAHAM-HARRISON, Emma. **Revealed: 50 million Facebook profiles harvested for Cambridge Analytica in major data breach**. The Guardian, 2018. Disponível em: <https://www.theguardian.com/>
- CASTELLS, Manuci. **A sociedade em rede**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. Disponível em: <https://globalizacaoeintegracaoregionalufabc.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/10/castells-m-a-sociedade-em-rede.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2025.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015
- CITTON, Yves. **DA ECONOMIA À ECOLOGIA DA ATENÇÃO**. Rev. Psicol. Ayvu, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 13-41, jan. 2018. Disponível em: [file:///C:/Users/tataw/Downloads/acoelho3,+1++Revisado+e+Formatado+\(Camilo\).pdf](file:///C:/Users/tataw/Downloads/acoelho3,+1++Revisado+e+Formatado+(Camilo).pdf). Acesso em: 10 nov. 2025.
- DAHL, Robert. A. **Democracy and its critics**. New Haven: Yale University Press, 1991. Disponível em: https://riomaisseguro.rio.rj.gov.br/_pdfs/scholarship/yAqFph/Democracy%20And%20Its%20Critics%20By%20Robert%20A%20Dahl.pdf. Acesso em: 10 de nov de 2025.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979. 174 p. Disponível em: https://www.nodo50.org/insurgentes/biblioteca/A_Microfisica_do_Poder_-_Michel_Foucault.pdf. Acesso em: 10 nov. 2025.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Disponível em: http://www.letras.ufmg.br/espanhol/pdf/pedagogia_do_oprimido.pdf. Acesso em: 10 de nov de 2025.
- FUCHS, C. **Social media: A critical introduction**. 3. ed. Londres: Sage, 2021. 448 p. Disponível em: <https://fuchsc.net/books/social-media-a-critical-introduction-third-edition/>. Acesso em: 10 de nov de 2025.
- GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade** /Anthony Giddens; tradução de Raul Fiker. - São Paulo: Editora UNESP, 1991. (Biblioteca básica) Disponível em: https://www.ispsn.org/sites/default/files/documentos-virtuais/pdf/anthony_giddens_-_as_consequencias_da_modernidade.pdf. Acesso em: 10 de nov de 2025.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. 354 p. Disponível em: https://gestaoeducacaoespecial.ufes.br/sites/gestaoeducacaoespecial.ufes.br/files/field/anexo/habermas_jurgen._direito_e_democracia_vol._i.pdf. Acesso em: 10 de nov de 2025.

HABERMAS, Jürgen, 1929 - **Teoria do agir comunicativo**, 1: racionalidade da ação e racionalização social / Jürgen Habermas; tradução Paulo Astor Soethe; revisão da tradução Flávio Beno Siebeneichler. São Paulo : Editora WMF Martins Fontes, 2012. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/server/api/core/bitstreams/d259e11c-fc4d-4cb9-ad7b-e384f069ecc4/content>. Acesso em: 09 de nov de 2025.

HAN, Byung-Chul. **Infocracia: digitalização e a crise da democracia**. Petrópolis: Vozes, 2022.

HAN, Byung-Chul **Sociedade do cansaço** / Byung-Chul Han; tradução de Enio Paulo Giachini. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. Disponível em: http://psico.cinead.org/wp-content/uploads/2021/10/HAN_BYUNG_CHUL_Sociedade-do-cansac%CC%A7o.pdf. Acesso em: 10 de nov de 2025.

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. 350p. Disponível em: <https://archive.org/details/adorno-theodor-dialetica-do-esclarecimento-livro/mode/2up>. Acesso em: 10 de nov de 2025.

LATOUR, Bruno **Reagregando o social** I Bruno Latour. · Salvador: Ed UFBA, 2012; Bauru. São Paulo: Edusc. 2012. 400 p. Disponível em: https://ecomig2014.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/08/latour_bruno-reagregando_o_social.pdf. Acesso em: 09 de nov de 2025.

MOFFITT, Benjamin. **The global rise of populism: performance, political style, and representation**. Stanford: Stanford University Press, 2016. 240 p.

NYE, Joseph. S. Jr. **The future of power**. Nova York: Public Affairs, 2011. 154 p. Disponível em: https://www.academia.edu/23946693/THE_FUTURE_OF_POWER. Acesso em: 09 de nov de 2025.

PARISER, Eli. **O filtro invisível: o que a internet está escondendo de você**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. 139 p. Disponível em: https://ciberativismoeguerria.wordpress.com/wp-content/uploads/2017/02/filtro-invisivel_eli-pariser.pdf. Acesso em: 10 de nov de 2025.

SANTOS, Raimundo Nonato Ribeiro dos. **O PODER DA COMUNICAÇÃO**. 2017. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/42059>. Acesso em: 10 nov. 2025.

SRNICEK, N. **Platform capitalism**. Cambridge: Polity Press, 2017. 92 p. Disponível em: <https://mudancatecnologicaedynamicacapitalista.wordpress.com/wp-content/uploads/2019/02/platform-capitalism.pdf>. Acesso em: 09 de nov de 2025

SUNSTEIN, Cass. **#Republic: Divided democracy in the age of social media**. Princeton: Princeton University Press, 2018.

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. **Information Disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making**. Council of Europe report, 2017. 117 p. Disponível em: <https://rm.coe.int/information-disorder-toward-an-interdisciplinary-framework-for-research/168076277c>. Acesso em: 10 de nov de 2025.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019. Disponível em:

<https://extremidades.art/x/christinemello/wp-content/uploads/sites/3/2023/08/A-Era-do-Capitalismo-de-Vigilancia-Shoshana-Zuboff.pdf>. Acesso em: 10 de nov de 2025.

